

Planejamento Participativo Regionalizado (PPR) – Ampliando a participação popular em Belo Horizonte – MG

Maria de Fátima Abreu – Gerente de Relacionamento e Mobilização Social
Maria Madalena Franco Garcia – Secretária Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Com a colaboração de *Florence Poznanski – Mestranda em Ciência Política na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris, França.*

Resumo

O Planejamento Participativo Regionalizado (PPR) é uma experiência nova e ainda em curso, conduzida pela Prefeitura de Belo Horizonte, que tem por objetivo ampliar a participação da sociedade na gestão municipal, com o seu envolvimento no planejamento regionalizado do município, tendo como referência a organização da cidade em 40 territórios de gestão compartilhada. O PPR visa subsidiar as diversas políticas públicas na definição de suas ações e prioridades, considerando as demandas das pessoas que moram em Belo Horizonte. É um processo de escuta, onde o cidadão pode debater e propor ações em curto, médio e longo prazo. Também resulta desse processo o levantamento de tendências, questões e proposições prioritárias de cada regional e da cidade, definidas de forma participativa, além de lideranças mais informadas e com visão mais integrada sobre as questões do município e uma percepção mais disseminada sobre planejamento participativo.

1. OBJETIVOS

Geral

Ampliar a participação cidadã na gestão municipal.

Específicos

- Planejar a cidade de forma territorializada, a partir das contribuições da sociedade.
- Renovar o processo participativo e atrair novos segmentos da sociedade.
- Estimular o trabalho intersetorial e compartilhado com a sociedade entre as várias áreas da Prefeitura.

2. A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte tem uma longa história de participação popular na gestão da cidade. Há cerca de duas décadas, os diversos espaços de participação aqui existentes têm tido um papel fundamental na melhoria da vida das pessoas. Nesse período, milhares de pessoas, de diversos setores e regiões, participaram na construção e acompanhamento da execução de políticas públicas e no enfrentamento de problemas inerentes a uma cidade grande.

Em 1993, foi iniciado o Orçamento Participativo (OP) no município, em 1995 houve a implantação do Orçamento Participativo da Habitação e, em 2006, do Orçamento Participativo Digital. Há 23 Conselhos Municipais de Políticas Públicas e mais de cem Conselhos Distritais e Comissões Locais Temáticas, todos com participação da sociedade civil. São realizadas Conferências da Cidade e Conferências Setoriais e ainda há Fóruns de várias políticas públicas, dentre outros espaços de participação social.

O Orçamento Participativo trouxe conquistas consideráveis, principalmente para as comunidades mais vulneráveis, com investimentos importantes prioritariamente em vilas e favelas, com a requalificação desses espaços, melhorias habitacionais, de acessibilidade, dentre as mais de 1.000 obras realizadas em quase 20 anos do OP em Belo Horizonte.

Em 2010, a partir das contribuições advindas principalmente da 3ª Conferência Municipal de Políticas Urbanas ocorrida em 2009 e de outras instâncias de participação, consulta ou discussão pública, a Prefeitura revisou o Plano Diretor Municipal, estabelecendo as diretrizes para a ocupação da cidade e definindo os instrumentos do Estatuto da Cidade para serem aplicados em Belo Horizonte.

Em 2011, a Prefeitura deu início à elaboração dos Planos Diretores das nove Regionais Administrativas do município, visando definir uma estrutura urbana regulamentar a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor. Busca orientar o desenvolvimento local, de forma menos desigual, para que os ônus e os benefícios da urbanização sejam melhor distribuídos para as diversas áreas da cidade. Nos Planos Diretores Regionais, os instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor de Belo Horizonte são detalhados e aplicados de acordo com a realidade, as características históricas, os problemas e as demandas identificadas para cada uma das nove regionais administrativas da cidade.

Um passo adiante na gestão participativa

Em 2011, a Prefeitura dá um passo mais vigoroso no fortalecimento da gestão participativa, ao criar a **Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada**, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, com o desafio de canalizar, dar unidade e potencializar toda a riqueza e diversidade da participação democrática em Belo Horizonte. O objetivo dessa Secretaria é avançar e integrar a participação da sociedade na gestão da cidade, fortalecer os atuais canais de participação e incorporar novos atores sociais nos debates e na busca de soluções, visando aproximar a Prefeitura ainda mais dos cidadãos.

Com a criação dessa Secretaria, a Prefeitura busca ampliar a mobilização social, a capacitação da representação, além de promover a criação de novos espaços de diálogos, com destaque na cooperação interinstitucional, e a maior transparência e acesso às informações sobre as ações do governo municipal.

Uma nova base territorial para a gestão compartilhada

Desde 1983, o município de Belo Horizonte, com área de 331 km², é subdividido em nove unidades administrativas que hoje compõem as Secretarias de Administração Regional. Trata-se de um município de topografia acentuada, com altitude média de 852 m, tendo como ponto mais alto a Serra do Curral, com 1.395 m. Possui 700 km de cursos d'água, distribuídos em 98 bacias hidrográficas. A população em 2010, pelo IBGE, era de 2.375.151 habitantes, configurando uma densidade demográfica de 7.167 hab/km², distribuídos em 487 bairros e vilas.

Com o objetivo de conhecer melhor as especificidades, planejar e buscar soluções mais adequadas para cada região da cidade, foi proposta uma nova organização territorial do

município em **40 territórios de Gestão Compartilhada**. Esses territórios são constituídos pelo agrupamento de vários bairros, levando-se em conta características semelhantes em relação, principalmente, à infraestrutura e aos aspectos socioeconômicos. Essa organização é apenas para efeito de planejamento, não havendo estrutura administrativa ou gerencial instituída para cada um dos territórios.

3. O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO REGIONALIZADO (PPR)

Entre outras ações que desenvolve, a Secretaria de Gestão Compartilhada está conduzindo o **Planejamento Participativo Regionalizado (PPR)**, para que os cidadãos de Belo Horizonte possam contribuir com o planejamento das ações do governo, tomando como base os 40 Territórios de Gestão Compartilhada.

O PPR tem, como foco, o planejamento territorial e, diferentemente do Orçamento Participativo, ele permite a discussão sobre qualquer tipo de ação, sem limite de recursos financeiros ou de temática. Busca-se recolher a mais ampla diversidade de propostas, sejam de curto, médio ou longo prazo, sejam de fácil implementação ou mais complexas.

O processo de coleta das propostas é livre e não precisa de votos como no OP. Cada proposta tem o mesmo peso, seja colocada por uma pessoa ou por cem. Ele também é um processo que não tem a pretensão de ser realizado a cada ano. Trata-se de um amplo momento de produção de ideias que precisará de várias décadas para ser viabilizado inteiramente.

Não se trata, portanto, de um processo deliberativo, mas de um suporte à tomada de decisão. E que poderá ser aprimorado e aprofundado ao longo tempo, podendo balizar outros processos de planejamento em curso como o próprio OP, os Planos Diretores Regionais e os próximos Planos Plurianuais de Ação Governamental (PPAGs).

Assim, as propostas, para serem implementadas, devem primeiro ser compatíveis com vários critérios técnicos que não são contempláveis durante a fase de concertação (pertinência, viabilidade, prioridade e também a decisão política), mas que podem ser discutidos num segundo momento. A Prefeitura também não tem um recurso definido previamente para a realização das propostas do PPR, como acontece no OP, onde é destinado um recurso a cada ano, embora bem reduzido.

O PPR, portanto, tem como principal mérito, orientar a elaboração das próximas ações públicas. A captação de recurso acontece, numa segunda fase, uma vez as propostas integradas num plano de ação. Assim, enquanto no OP as pessoas deliberam sobre um valor relativamente pequeno do orçamento municipal, o Planejamento Participativo Regionalizado (PPR), embora não seja um processo deliberativo, abre a oportunidade para que as pessoas possam interferir em todo o orçamento do município. Além disso, podem ser propostas ações que dependem da captação de recursos externos ou de articulação política com outras instâncias governamentais (Estado e União).

Um outro aspecto do PPR se relaciona à busca de ampliação dos atores sociais no processo participativo da gestão municipal. Observa-se que as pessoas que participam do Orçamento Participativo e de instâncias colegiadas em Belo Horizonte são praticamente as mesmas, não

havendo renovação e muito pouca participação de jovens e de representantes da classe média e do setor empresarial. Com o PPR, espera-se ampliar, mesmo que timidamente, essa representação social.

4. METODOLOGIA E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NO PPR

4.1 Atividades preparatórias e instrumentos de comunicação

Os eventos públicos do Planejamento Participativo Regionalizado iniciaram-se em junho de 2011 e, de abril a junho, foram realizadas cerca de 30 reuniões preparatórias, com a finalidade de apresentar e debater a proposta, bem como mobilizar os segmentos organizados de Belo Horizonte para a participação nos ciclos de oficinas.

A primeira série de reuniões foi realizada com os gestores públicos das nove regionais. O objetivo foi apresentar a proposta e discutir as estratégias de mobilização para a ampliação da participação popular. Além dessa rodada nas regionais, o Planejamento Participativo Regionalizado foi apresentado aos secretários e dirigentes de órgãos da Prefeitura, aos vereadores do município e aos representantes do Fórum de Assuntos Estratégicos, em encontros que contaram com a participação do Prefeito Municipal. Foram também realizadas reuniões com a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a Associação Comercial de MG, universidades, Colegiado de Entidades Metropolitanas, Comissão Municipal das Comissões regionais do OP (COMFORÇA Municipal), entidades representativas da juventude e com gerentes de saúde e diretores de escolas de regionais, entre outros, totalizando cerca de 720 pessoas.

Foram enviados convites para as oficinas (reuniões) para uma listagem de mais de 11.000 lideranças comunitárias, por ofício e por e-mail, além de convites entregues diretamente para segmentos mais representativos.

Foram produzidos materiais informativos distribuídos a todos os participantes e convidados, além de vídeos sobre o processo, reproduzidos nas oficinas e em outros canais de comunicação como o site da Prefeitura, onde também foram colocadas todas as informações e materiais sobre o PPR.

Em todas as oficinas, foram utilizados instrumentos de arte-mobilização, dentro da temática da reunião, com o uso de pequenos esquetes teatrais.

4.2 Etapas do PPR

O PPR foi estruturado em quatro ciclos de encontros públicos, sendo que três foram realizados de junho a novembro de 2011 e o último Ciclo entre maio e junho de 2012.

CICLO A – Conhecendo e debatendo a proposta

O Ciclo A, de âmbito regional, iniciado em junho de 2011, teve como foco a sensibilização para a importância do planejamento participativo na gestão municipal e o esclarecimento sobre a proposta do PPR, incluindo a apresentação e a validação dos 40 territórios de gestão compartilhada, além do repasse de informações sobre os principais empreendimentos da

prefeitura em curso e previstos na Regional. O principal objetivo dessa fase era que os representantes se apropriassem das informações e mobilizassem novos participantes dos seus territórios para o próximo passo do Planejamento Participativo Regionalizado. O Ciclo A foi concebido, portanto, como uma preparação dos participantes para a etapa de formulação de propostas para os territórios, no Ciclo B.

CICLO B – Formulando propostas para os 40 Territórios de Gestão Compartilhada

O Ciclo B, realizado em cada Território, foi destinado à escuta. Nessa etapa os participantes se dividiram em grupos para discutir e formular propostas para a melhoria ou o desenvolvimento do território onde vivem. Ao final das discussões foram definidos os representantes de cada território que compuseram os Grupos de Trabalho Territorial (GTTs). Entre os Ciclos B e C, a equipe da Secretaria de Gestão Compartilhada fez duas reuniões com cada GTT para sistematizar e estruturar as propostas formuladas e preparar a apresentação ao Prefeito no próximo ciclo.

CICLO C – Diálogos com o Prefeito

No Ciclo C, de caráter regional, denominado “Diálogos com o Prefeito” e concluído em 28/11/2011, os GTTs apresentaram e entregaram ao Prefeito as propostas formuladas para cada um dos 40 territórios. Para cada Regional, foram entregues os Cadernos de Propostas Territoriais.

CICLO D – Avaliação das propostas e retorno dos encaminhamentos

O Ciclo D, realizado de maio a junho de 2012, por Regional, tem como objetivo o retorno à comunidade dos encaminhamentos dados pela prefeitura em relação às propostas apresentadas e a pactuação em relação à continuidade do processo de aprofundamento das análises e da interlocução sobre as principais questões de cada território. Para analisar e propor encaminhamentos para as propostas apresentadas pelas comunidades, foi instituído, pelo Prefeito, o Grupo Técnico de Avaliação (GTA), com representações técnicas de todas as áreas da Prefeitura. Antes dos encontros públicos do Ciclo D, foram realizadas reuniões de técnicos do GTA com os GTTs de cada Regional, com apresentação das análises de algumas propostas, para aferir, com esses representantes da comunidade, a forma como os técnicos da Prefeitura estavam conduzindo o processo de avaliação e encaminhamento das propostas.

Continuidade e desdobramentos do PPR

Após os encontros públicos do Ciclo D, foi proposta a continuidade do PPR para aprofundamento das discussões sobre as propostas ou temas mais prementes para cada território. Para tanto, o GTA se mantém como canal de interlocução das áreas temáticas com os representantes das comunidades.

Foram então previstas reuniões periódicas e seminários com os Grupos de Trabalho Territorial (GTTs), para sua consolidação como grupos de referência em planejamento participativo e para acompanhamento das ações propostas.

4.3 População beneficiária e atores envolvidos

O processo envolve toda a população do município, mas principalmente a população mais carente, que geralmente é mais organizada e mobilizada.

Diferentemente do OP, onde é determinante a quantidade de participantes para a eleição das obras a serem contempladas, no PPR buscam-se os participantes que querem trazer contribuições para a gestão do município. Não se trata, portanto, de uma participação massiva, mas de lideranças comunitárias, geralmente presidentes de associações de moradores ou representantes de algum segmento da sociedade – setor produtivo, diretores de escolas, estudantes, trabalhadores de centros de saúde, pessoas vinculadas a algum movimento religioso, membros de conselhos de políticas públicas ou comissões regionais/locais.

A participação se dá em encontros públicos e as proposições são obtidas por consenso, já que não se trata de processo deliberativo, mas propositivo.

Como a grande parcela da população que participa é de pessoas menos favorecidas e as propostas apresentadas são, prioritariamente para a área social, essa é a população que será mais beneficiada, favorecendo, portanto, a inclusão social e equidade das políticas públicas.

Há uma parcela significativa de idosos participando e propondo ações e equipamentos públicos destinados a eles. Houve também uma oficina com participação de três crianças de comunidades carentes que, surpreendentemente, levaram propostas consistentes como a despoluição de um curso d'água em um parque para que possam retornar atividades recreativas, aumento da segurança nas escolas públicas para evitar assaltos (já ocorridos e relatados por elas), além de ações para evitar uso de drogas inclusive por crianças nas escolas.

4.4 Sustentabilidade do processo

Considera-se que a força do processo reside na ampliação e no amadurecimento político da sociedade para identificar suas necessidades de forma coletiva, sistematizá-las e se mobilizar para cobrar a implementação das propostas formuladas.

Espera-se o fortalecimento da comunidade pela ampliação da capacidade de planejamento participativo por parte de lideranças e representantes da comunidade. Além disso, como atividades de continuidade, estão sendo programados seminários e encontros com os membros dos Grupos de Trabalho Territoriais (GTTs), para sua capacitação e consolidação como grupos de referência e acompanhamento do Planejamento Participativo. São 40 GTTs com cerca de 10 a 15 membros em cada, totalizando 300 a 400 representantes do Planejamento na cidade.

Espera-se também o fortalecimento das associações comunitárias e a ampliação dos canais de diálogo do cidadão com a prefeitura além da ampliação da disposição para participação cidadã na gestão e no planejamento municipal.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS

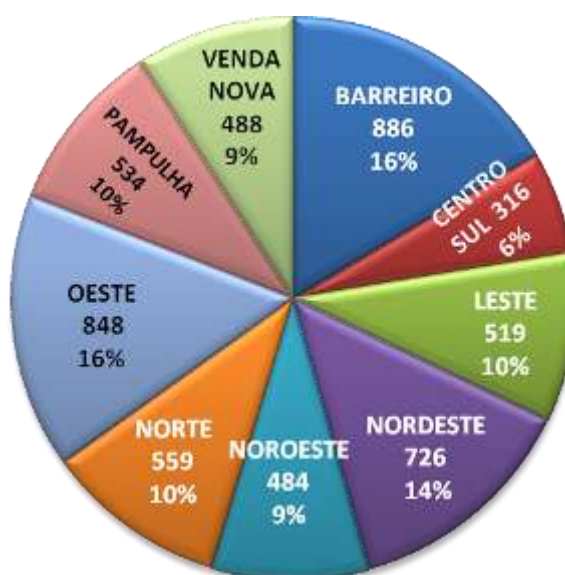
De junho a novembro de 2011, nos três primeiros ciclos do PPR, participaram mais de cinco mil pessoas, entre representantes dos conselhos, das associações de moradores, dos movimentos sociais de habitação, meio ambiente, assistência social, comissões locais de saúde, de transporte e trânsito, do OP, setor empresarial, sindicatos, moradores, entre outros.

Nesse período, foram realizadas 58 oficinas, divididas nos três ciclos, nas nove regionais administrativas e nos 40 Territórios de Gestão Compartilhada.

NÚMEROS DE OFICINAS, REUNIÕES, PARTICIPANTES E PROPOSTAS

Oficinas realizadas	Quant.
• Ciclo A (regional)	9
• Ciclo B (territorial)	40
• Ciclo C (regional)	9
• Total de oficinas realizadas	58
Reuniões	
• com os GTTs	80
• com entidades, secretários, vereadores, regionais	39
• com o GTA	7
• Total de reuniões	126
Número de convidados	11.404
Número de participações	7.211
Número de pessoas participantes	5.360
Propostas recebidas	2.500

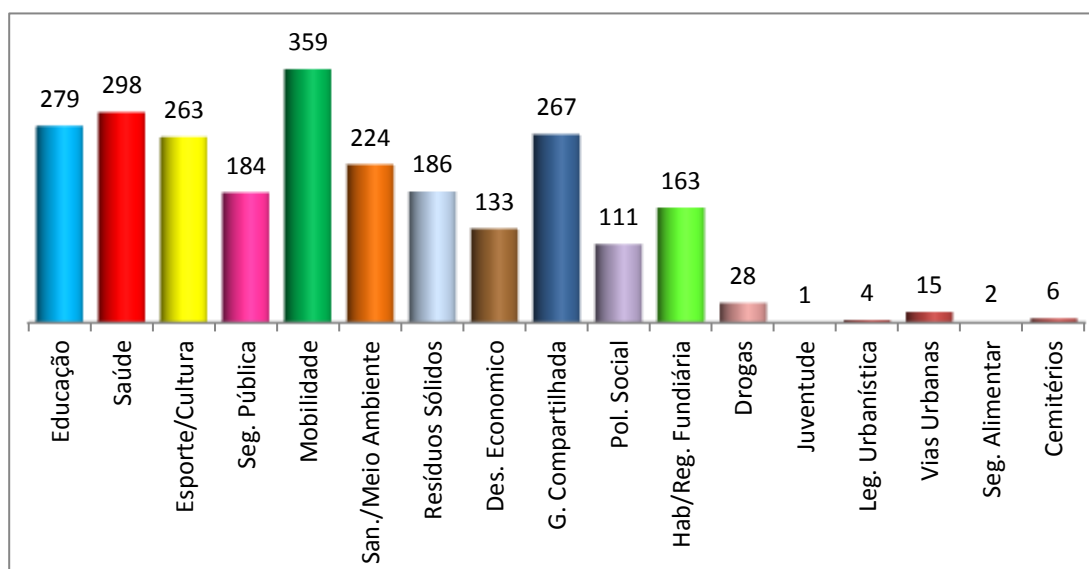
Participação popular no PPR por Regional



Um elemento importante desse processo é a valorização do saber popular. O aprendizado da Prefeitura a partir do conhecimento da comunidade sobre os temas que interferem no cotidiano dos habitantes dos territórios. O PPR incentivou o fortalecimento da participação popular para que o planejamento das ações de governo seja, de fato, estimulador de transformações sociais.

Belo Horizonte recebeu, dos representantes da comunidade no PPR, **mais de 2.500 propostas** que podem contribuir para o desenvolvimento da cidade. Boa parte diz respeito às ações que já estão inseridas nos programas e projetos dos órgãos municipais, isso provavelmente por falta de comunicação entre os órgãos da Prefeitura e a sociedade. Entre elas, melhorias no transporte coletivo, no atendimento dos serviços de saúde, da limpeza urbana, podas de árvores, cultura e esportes, entre outras.

PROPOSTAS POR ÁREA TEMÁTICA



Outro agrupamento das propostas inclui ações do governo municipal que demandam articulações com outras esferas de governo (estadual e federal) e instituições financiadoras de políticas públicas. Estão relacionadas às políticas e obras estruturantes, como saneamento básico, escolas de ensino médio e profissionalizante, metrô, infraestrutura viária, construção de hospitais, segurança pública e política sobre drogas.

Há também uma série de propostas que demandarão recursos não previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) aprovado na Câmara Municipal em 2010. Assim, algumas dessas propostas poderão ser recomendadas para o próximo PPAG, para execução a partir de 2014. Outras propostas do PPR poderão ser incorporadas aos Planos Diretores Regionais, em processo de elaboração, e também atendidas pelo OP Regional em andamento.

Além de apresentar uma importante leitura da cidade, outro resultado importante do PPR é decorrente das propostas apresentadas para o eixo da Gestão Compartilhada. Essas demandas subsidiarão o planejamento das ações e da formulação de políticas de participação popular em Belo Horizonte. Todo esse processo de planejamento participativo faz parte de uma proposta

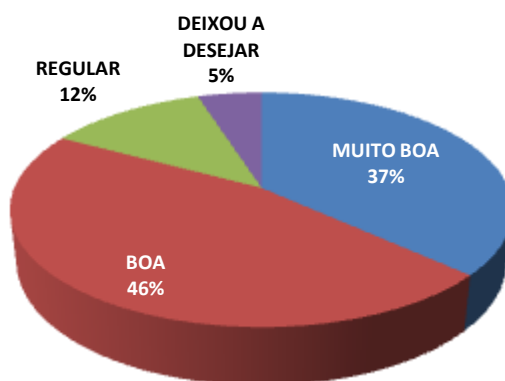
da administração municipal que considera que o maior acesso às informações e o diálogo com a sociedade deve ser contínuo, planejado e compartilhado com o governo.

Outra contribuição para o fortalecimento da gestão compartilhada diz respeito à formação de uma rede de lideranças comprometidas com a continuidade e ampliação da participação popular no planejamento municipal.

Assim, a partir do segundo semestre de 2012, haverá novas rodadas de encontros e discussões dos técnicos da prefeitura com os representantes dos territórios, o que dará espaço ao aprimoramento das propostas.

Em todas as oficinas do PPR foi entregue aos participantes um formulário para avaliação e envio de sugestões para a Prefeitura. A avaliação qualitativa proporcionou um aprimoramento da metodologia das reuniões no decorrer do processo.

AValiação DO PPR NAS 9 REGIONAIS



6. ANÁLISE E CONCLUSÕES

Tendo em vista o curtíssimo prazo para estruturar e realizar os ciclos do Planejamento Participativo Regionalizado – PPR, podemos dizer que o resultado foi positivo.

De maneira geral, as avaliações dos participantes foram favoráveis ao processo e à dinâmica. As principais críticas foram quanto ao reduzido prazo para formulação e discussão de propostas, falta de divulgação da iniciativa e espaços físicos inadequados. Houve também certo descrédito quanto ao retorno das propostas e a sua efetiva implementação.

Na avaliação da equipe da Secretaria de Gestão Compartilhada, os ciclos A, B e C, que foram realizados em seis meses, de junho a novembro de 2011, deveriam ser realizados em pelo menos dois anos, com duas ou mais reuniões em cada território, apenas para formulação e discussão de propostas. Entretanto, em função do período eleitoral, foi impossibilitado um trabalho mais extenso e profundo.

Houve várias sugestões para que a mobilização fosse realizada por meio de carros de som nas regionais e para que fossem utilizadas as diversas mídias para convocação da população. Entretanto, a ideia não era de uma convocação em massa, mas de lideranças, de formadores de opinião, de representantes dos diversos segmentos da sociedade, ou seja, uma participação mais qualitativa.

Fatores favoráveis

Como primeiro fator facilitador do processo, destaca-se o comprometimento político do prefeito com a ampliação da participação social, demonstrado pela criação da Secretaria de Gestão Compartilhada e pela determinação na realização do planejamento participativo, com a sua participação direta no terceiro ciclo do processo e pela convocação dos secretários e dirigentes de órgãos para acompanharem o processo, além da criação de grupo técnico executivo intersetorial da prefeitura para análise das propostas.

Também houve uma boa receptividade ao processo pelas secretarias regionais que deram apoio determinante na mobilização e na realização dos eventos, e também por parte de setores sociais, que consideram que havia necessidade de renovar e ampliar as possibilidades de participação social na gestão municipal, após tantos anos de Orçamento Participativo.

Cabe também destacar o perfil e a experiência da equipe técnica de mobilização social da Secretaria de Gestão Compartilhada, incluindo consultoria especializada em planejamento de processos participativos e em arte-mobilização. A equipe da Gerência de Relacionamento e Mobilização Social da Secretaria foi responsável pelo conteúdo, metodologia, dinâmica, moderação e relatoria das discussões em grupo, além da arte-mobilização e monitoramento de todas as ações necessárias à realização de cada oficina. Embora seja uma equipe relativamente pequena, é muito comprometida com a participação cidadã, propiciando um acolhimento às questões da comunidade, que reconhece e explicita essa receptividade, tanto oralmente quanto nos questionários de avaliação das oficinas.

Certamente, um importante legado do PPR para a Secretaria de Gestão Compartilhada são as sugestões e propostas em relação ao eixo “Gestão Compartilhada”, que propicia à Secretaria uma boa referência para o planejamento das ações e as principais áreas de atuação nos próximos anos.

Os desafios a enfrentar

Foram identificados vários pontos onde é preciso aprimorar o processo como: a mobilização, para que se possa oxigenar ainda mais o processo participativo na cidade; os espaços físicos, com localização e condições mais adequadas à realização das oficinas; reuniões com segmentos específicos; a dinâmica das reuniões, para que sejam ainda mais objetivas, produtivas e participativas.

Destaca-se a difícil mobilização da classe média, do setor produtivo e de jovens. Também a baixa credibilidade inicial em relação ao processo, por parte da população, que não está habituada a participar de processos de planejamento e que tem receio de enfraquecer suas

conquistas já consolidadas, como o Orçamento Participativo. De uma maneira geral, pelas propostas do PPR, pode-se identificar a existência de um problema de comunicação entre a PBH e o cidadão, da ineficácia de algumas instituições participativas, da falta de capacitação de determinadas associações e lideranças, da falta de informação sobre obras e projetos da PBH, da representatividade de algumas lideranças.

Finalmente, o início de o processo ter coincido com o período pré-eleitoral contribuiu para aumentar a desconfiança sobre o processo, além de ter limitado o prazo de execução do trabalho.

A ampla escuta proporcionada pelo PPR gerou um vasto material que poderá agregar valor aos planejamentos setoriais, a partir da percepção da população em relação às políticas públicas. Mas isso depende ainda de várias condições. Sendo um processo destinado a ser ampliado no decorrer das próximas décadas, ele terá que manter sua continuidade apesar das sucessivas mudanças de gestão (de Prefeito ou de partidos, bem como de secretários e de equipes técnicas) e das sensibilidades diferenciadas ao querer considerar o valor do saber cidadão. Por isso, sua viabilização depende essencialmente de compatibilidades com instrumentos operacionais de gestão: os orçamentos anuais, próximas rodadas do OP, PPAG plurianuais, planos diretores, etc. Mas essa integração não é automática e necessita o desempenho coletivo dos órgãos municipais.

A questão da intersectorialidade aparece assim com um dos maiores desafios. A criação do GTA dá início a este modo de atuação inovador entre os órgãos municipais que traz maior integração entre as diversas políticas públicas no território. Trata-se, portanto de uma iniciativa a ser consolidada no decorrer dos anos.

Em síntese, fica claro que há muito que avançar para aprimorar a gestão municipal compartilhada em Belo Horizonte. E o Planejamento Participativo Regionalizado, dentre outros resultados, aponta os caminhos para esse aprimoramento.